



**Empresa Brasil
de Comunicação**

PORTARIA-PRESIDENTE Nº 969

FOLHA: 01/02

CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

VIGÊNCIA:

15/12/2014

O Diretor-Presidente da EBC - Empresa Brasil de Comunicação S.A. no exercício de suas atribuições, com fundamento no inciso XXIV, do art. 17, do Estatuto Social da EBC, aprovado pelo Decreto nº 6.689/2008.

CONSIDERANDO

- o Processo n.º 3628, de 05/12/2014;

RESOLVE

Art. 1º Constituir Comissão de Sindicância composta pelos empregados **Maria Isabel Barbosa de Oliveira**, ACP/Análise em Suporte de Comunicação, matrícula 880.362, da Gerência Executiva de Administração e Logística, da Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas; **André Semoto Gracio Ramos**, ACP/Administração, matrícula 13.911, da Gerência Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade, da Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas; e **André Luiz Albernaz Brandão**, ACP/Contabilidade, matrícula 12.625, da Gerência Executiva de Gestão de Pessoas, da Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas, para, sob a presidência do primeiro, apurar publicação, em página da rede mundial de computadores, de fotos de dirigentes e gestores da EBC com legendas e dizeres ofensivos à sua imagem e honra.

Art. 2º No cumprimento de suas atribuições, a Comissão de Sindicância deverá:

I. Adotar a Lei nº 9.784/99 e sua interpretação analógica pelas disposições da Lei nº 8.112/90, pelos costumes e pelos princípios gerais do direito, nos termos do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB;

II. Utilizar o Manual de Direito Disciplinar para Empresas Estatais, elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU); e

III. Observar, estritamente, ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, recomendando-se a seguinte praxe:

- a) lavrar ata de abertura dos trabalhos (em até 48 horas);
- b) designar secretário, dentre os membros da Comissão, se necessário;
- c) elaborar memorando comunicando ao Senhor Diretor-Presidente o início dos trabalhos;

Procuradoria Jurídica da EBC
Marco Frazzetta
OAB/DF 25314
PROJUR



**Empresa Brasil
de Comunicação**

PORTARIA-PRESIDENTE Nº 969

FOLHA: 02/02

CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

VIGÊNCIA: 15/12/2014

d) estudar os autos nº 3628/2014 e traçar a metodologia de trabalho da Comissão;

e) expedir documentos oficiais (memorandos, ofícios etc.), solicitando informações adicionais, se necessárias;

f) lavrar Termo de Indiciamento, desde que haja prova da materialidade e indícios de autoria de infração disciplinar, atentando-se para a especificação do ato infracional, do agente que o praticou e da norma violada, e para o apontamento dos indícios que levaram à conclusão sobre a autoria da conduta pelo agente indiciado;

g) expedir ato de comunicação processual, informando ao indiciado a lavratura do Termo de Indiciamento e informando a possibilidade de constituir advogado para acompanhar o procedimento, solicitar e participar da produção de provas (oitiva de testemunha, juntada de documentos etc.);

h) expedir ato de comunicação processual, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, convocando eventual testemunha para prestar esclarecimento e o indiciado para acompanhar a prática do ato, possibilitando a assistência de advogado e a realização de reperguntas (art. 26 a 28 da Lei nº 9.784/99);

i) encerrada a instrução (colheita de provas), expedir ato de comunicação processual, concedendo ao indiciado a possibilidade de apresentar defesa escrita no prazo 10 (dez) dias corridos, nos termos do art. 44, da Lei nº 9.784/99;

j) estudar a defesa apresentada; e

k) elaborar Relatório Final indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formular proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando os autos do processo à autoridade competente, de acordo com o art. 47, da Lei nº 9.784/99.

Art. 3º A Comissão deverá apresentar o relatório conclusivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Portaria.

Brasília, 09 de dezembro de 2014.


NELSON BREVE DIAS
Diretor-Presidente

